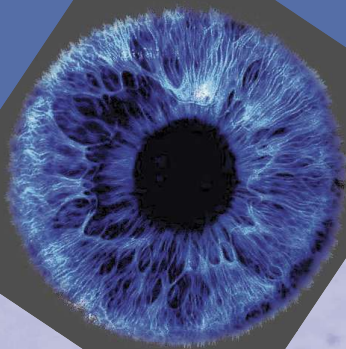




Observatório DA VIDA *estudantil*

Desigualdades e racismos:
outras miradas

RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO LEITE
GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS
SÔNIA SAMPAIO
organizadoras



Chegamos ao sétimo livro do Observatório da Vida Estudantil (OVE). Este, que entregamos ao(à) leitor(a), nasceu de apontamentos realizados por estudantes de pós-graduação para aulas que seriam ministradas pela prof.^a Sônia Sampaio, ao longo do primeiro semestre letivo do ano de 2025, durante sua estadia como professora visitante sênior na Université de Lorraine, na cidade francesa de Nancy. O que eram, inicialmente, apenas notas, sugestões para essas aulas, tornaram-se o embrião dos capítulos que apresentamos nesta coletânea. O livro traz 12 capítulos elaborados por estudantes da pós-graduação, pesquisadores(as) e docentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e de outras universidades com as quais mantemos laços de cooperação, com destaque para a Université Paris Cité e para a Universidade Estadual Paulista (Unesp) que, pela primeira vez, colaboram com uma publicação do OVE. Esta publicação é mais uma incursão no mundo da vida de estudantes universitários(as) e seu contexto político.

OBSERVATÓRIO DA VIDA ESTUDANTIL

Desigualdades e racismos: outras miradas

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Titulares

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

George Mascarenhas de Oliveira

Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté

Mônica Neves Aguiar da Silva

Suplentes

José Amarante Santos Sobrinho

Lorene Pinto

Lúcia Matos

Lynn Alves

Paola Berenstein Jacques

Rafael Moreira Siqueira



Observatório DA VIDA *estudantil*

Desigualdades e racismos: outras miradas

RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO LEITE
GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS
SÔNIA SAMPAIO
organizadoras

Salvador | Edufba, 2024

2024, autores.
Direitos de edição cedidos à Edufba.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial <i>Cristovão Mascarenhas</i>	Capa e projeto gráfico <i>Alana Carvalho</i>
Coordenação gráfica <i>Edson Nascimento Sales</i>	Revisão <i>Juan Gabriel Almeida Alves</i>
Coordenação de produção <i>Gabriela Nascimento</i>	Normalização <i>Beatriz Marques Sacramento</i>
Assistente editorial <i>Bianca Rodrigues de Oliveira</i>	Diagramação <i>Zeta Studio</i>

Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFBA

Observatório da vida estudantil : desigualdades e racismos: outras miradas / Rita de Cássia Nascimento Leite, Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Sampaio, organizadoras. – Salvador : EDUFBA, 2024.
247 p.

ISBN: 978-65-5630-651-3

1. Estudantes universitários - Bahia. 2. Estudantes universitários – Condições sociais. 3. Ensino superior – Brasil. I. Leite, Rita de Cássia Nascimento. II. Santos, Georgina Gonçalves dos. III. Sampaio, Sônia. IV. Título.

CDD: 378.81

Elaborada por Geovana Soares Lira
CRB-5: BA-001975/O

Editora filiada à:



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel.: +55(71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Para as crianças de Gaza.

Agradecimentos



Às minhas companheiras, Rita e Gina, pelo trabalho atento e solidário ao longo do tempo que foi necessário ao desenvolvimento deste livro.

Aos autoras(es), por mais este trabalho cooperativo do Observatório da Vida Estudantil (OVE).

À Eunice Limoeiro Borja, nossa ex-bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/Capes) e, atualmente, professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que, nos cinco anos em que colaborou com o OVE, não economizou esforços para participar de todas as tarefas que fazem parte do cotidiano da docência em uma universidade pública.

Ao meu querido e muito antigo amigo, Carlos Machado, que contribuiu lendo e sugerindo mudanças à apresentação deste livro, usando toda sua competência editorial e, sobretudo, política. É um enorme prazer que a vida tenha me devolvido a proximidade desse homem preto de Muritiba (BA) após seu “desaparecimento” em consequência da militância estudantil na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao longo dos anos da ditadura militar.

Ao Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da
Capes, junto à UFBA, pelo apoio que permitiu a elaboração de mais
esta obra do OVE.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

13

PARTE I: CONTEXTOS

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA SOB O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022):

reflexões sobre um passado grotesco

Rosana Heringer

19

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO PARA AS AÇÕES AFIRMATIVAS:

relato da experiência da UFBA

Cássia Virgínia Bastos Maciel

37

O SOFRIMENTO UNIVERSITÁRIO NA PÓS-PANDEMIA:

reorientando desejos e esperanças

Ricardo Dias de Castro, Denise Coutinho

55

POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR:

uma fonte de disparidade ou unidade na sociedade brasileira?

Emmy Arts, Étienne Gérard

77

ENFRENTAMENTO DE DESIGUALDADES E FUNÇÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE PÚBLICA:

o cotidiano de estudantes de programas de ações afirmativas na Unesp

Edgar Bendahan Rodrigues, Renata Trasse de Oliveira Barbosa,

Natália Hernandes Carvalho, Mário Sérgio Vasconcelos

97

PARTE II:

GÊNERO, ETNICIDADE E RAÇA

“É UMA QUESTÃO DE RESISTÊNCIA MESMO!”:

trajetórias escolares atípicas de filhas de mães sozinhas

Jacira da Silva Barbosa, Sônia Sampaio

119

IDENTIDADE DE GÊNERO ENTRE ESTUDANTES DE UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA

Lorena Reis Oliveira, Sônia Sampaio

141

MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO EM
COMBATE À CISNORMATIVIDADE:

uma revisão bibliográfica

Marília Neri, Sônia Sampaio

155

ENCRUZILHADAS:

jovem interiorano, negro e primeiro de sua família a entrar na universidade pública

Nelson Lima, Sônia Sampaio

171

ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE FEIRA DE SANTANA

Fernanda Almeida Ribeiro Zatti, Mirela Figueiredo Santos Iriart

187

PRÁTICAS DE LEITURA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
NO INTERIOR DO BRASIL

Agnes Francine de Carvalho Mariano

201

PONDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO EM
GRADA KILOMBA

Maria Eunice Borja, Yzumi Fukutani, Sônia Sampaio

229

SOBRE OS AUTORES

243

Apresentação



Apresentar este novo livro do Observatório da Vida Estudantil (OVE) não dispensa uma passagem breve pelo livro anterior, gestado na tristeza das perdas consequentes à pandemia de covid-19, em um horizonte político sombrio. Vivíamos uma universidade estagnada, sem investimentos, colocada no lugar de “inimiga do rei”. Fizemos jus ao “título” e devemos nos orgulhar por isso¹. Ocupamos, estudantes, servidores(as) técnicos(as) e docentes, junto com muitas expressões do movimento social, o lugar ativo da luta pelo retorno à democracia.

Este livro, o oitavo de nossa coleção, aparece no entorno das comemorações dos nossos 15 anos de trabalho e numa ambiência política que parece nos oferecer alento e coragem para prosseguirmos, na expectativa de que nossas instituições se recomponham dos ataques que sofreram e que façam justiça onde ela é necessária. Entretanto, ainda estamos à espera de um ambiente mais propício à vida universitária, à formação da nossa juventude, à produção e à disseminação do conhecimento, deixando de ser reféns de estratégias clientelistas, ditadas

1 Apesar da ausência notada de algumas instituições que tiveram seus reitores ou reitoras, legitimamente eleitos(as), substituídos(as) por convenientes prepostos do governo da época.

pelos interesses, nem sempre nobres, de parlamentares. Falamos, aqui, de orçamento, de financiamento, de suporte e de ampliação das políticas de ação afirmativa que tanto nos custaram aprovar e implementar e que continuam sendo um dos grandes debates políticos que enfrentamos desde o século passado. As universidades públicas não podem fazer parte do jogo de interesses da “grande política”, que coloca em risco seus planos de desenvolvimento e a manutenção cotidiana de suas estruturas e projetos. Seguimos vigilantes.

Na origem, este novo livro nasceu como ideias para aulas a serem ministradas ao longo do primeiro semestre do ano letivo de 2024, na Universidade de Lorraine, na França, onde estive como professora visitante sênior do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), da minha universidade – a Universidade Federal da Bahia (UFBA) –, entre setembro de 2023 e fevereiro de 2024. Para isso, sugeri aos(as) pesquisadores(as) do observatório que escolhessem temas ligados às suas pesquisas, finalizadas ou em andamento, que pudessem interessar um público estrangeiro. Recebi oito contribuições, todas elas tratando, *grosso modo*, das desigualdades brasileiras e dos variados efeitos do racismo no domínio da educação superior. A leitura e a revisão das aulas foram suficientes para eu me dar conta de que ali tínhamos bons motivos para conceber um novo livro. Quase todos(as) os(as) que enviaram esquemas para as aulas concordaram em desenvolvê-los como textos, o que somam seis capítulos originais. Os demais foram resultado de convites feitos a novos(as) integrantes do OVE e também a amigos(as) antigos(as) do campo dos estudos sobre vida e cultura universitárias, somando os 12 capítulos que compõem esta coletânea. Para dar conta de uma nova edição, encontrei, como de outras vezes, colaboração: além de Georgina Gonçalves², vice-líder do nosso grupo de pesquisa e parceira em todos os outros livros que publicamos nesta coleção, convidei Rita Leite, integrante de primeira hora do nosso grupo de pesquisa, e também professora da Universidade Federal

2 Atual reitora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

do Recôncavo da Bahia (UFRB). A ideia inicial era fazer um livro bilíngue, mas dificuldades relacionadas ao financiamento da obra abortaram essa intenção logo no início.

Hoje, compreendemos que a vida e a cultura dos(as) estudantes, que pareciam um objeto circunscrito, limitado, na verdade, se deslocam para fora de suas bordas. Está claro, para nós, depois de tantos anos de pesquisa, que esse tema não pode ser apropriação exclusiva de nenhum campo científico. Pensar sobre educação é, também, nos interrogarmos sobre o futuro desses(as) jovens, que comparecem com seus percursos dilemáticos em nossos textos acadêmicos. Pensar no futuro equivale a desejar um ambiente acolhedor, onde seja possível a convivência com todas as formas de vida, e, sobretudo, onde todas as vidas tenham o mesmo valor e a chance de um cotidiano digno, livre de opressão e inseguranças. Aqui, vale reeditar sempre a interrogação: para quem estamos produzindo conhecimento?

Então, voltamos a falar sobre o cenário em que este livro inicia sua caminhada: como uma contribuição de gente interessada num tipo de experiência de vida na qual o sofrimento humano ainda consiga horro- rizar as pessoas e movê-las na direção da solidariedade. Assistimos ao massacre de Gaza, esse pedaço de mundo em demolição orquestrada pelo poder ocidental, suportada por interesses econômicos e geopolíticos e, sobretudo, pela hipocrisia. Tudo isso apoiado pela velha Europa, que usa o silêncio como disfarce. Pois, então, o que temos a ver com o povo palestino, com as vítimas civis numerosas dessa guerra *sans merci*?

A aventura colonial não acabou e usa novas roupagens. Quem habitava, desde sempre, os territórios hoje ocupados por Israel? Pergunta central para abordar esse massacre que nos interpela. Do ponto de vista dos que se arvoram a ser donos(as) do mundo, lá estão os(as) descartáveis, selecionados(as) para morrer. Com toda a distância histórica e cultural que separa o Brasil de Gaza, vivemos, no passado, a mesma guerra: a invasão e a disputa pelo território do outro, reduzido a pessoa sem alma, instrumento forçado de trabalho, cujo genocídio não importava e não importa a ninguém. Ainda que essa guerra, entre nós, não

tenha acabado, um estudante negro, do curso noturno do Bacharelado em Humanidades, fala do seu medo de voltar pra casa e ser “confundido”, no trajeto, com um criminoso. Todas as noites, a violência racial se reatualiza em seu bairro, em sua cidade, a mais negra do país. Dor, desolação, perdas, violência e séculos de desigualdades e racismos – esses últimos os temas que organizam nosso livro.

Entre Nancy e Paris, fevereiro de 2024

Sônia Sampaio

PARTE I: CONTEXTOS



EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA SOB O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

reflexões sobre um passado grotesco



ROSANA HERINGER

O SIGNIFICADO DO GOVERNO BOLSONARO

O Brasil começou 2019 com um novo presidente, eleito por mais de 60% dos votos válidos. Jair Bolsonaro é um ex-capitão militar, que foi deputado federal por 28 anos, tendo como agenda os chamados “valores familiares”, valores cristãos, uma agenda conservadora e de direita baseada no elogio das Forças Armadas, na defesa de militares, em ações da Polícia Militar e, inclusive, no uso da violência, juntamente com bandeiras antidireitos humanos, criticando abertamente as políticas de direitos das mulheres, direitos de indígenas, direitos de pessoas LGBTQIAPN⁺¹ e de afro-brasileiros. Durante sua campanha presi-

1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais.

dencial, Bolsonaro atacou sistematicamente esses grupos e aqueles que ele chamou de “esquerdistas”, e afirmou, num comício, que seus partidários deveriam “fuzilar a petralhada”, numa alusão aos partidários do Partido dos Trabalhadores (PT), incentivando o uso da violência contra os adversários (Ribeiro, 2018).

Após assumir o cargo, Bolsonaro nomeou um gabinete formado por 40% de militares, incluindo 18 generais, proporção superada apenas durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985 (Sampaio, 2019). Durante a campanha, houve apoio explícito de líderes religiosos de igrejas pentecostais a Bolsonaro, um fenômeno em alguma medida relacionado, ainda, ao aumento do conservadorismo no mundo, com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e com a ascensão de outros líderes de direita em outros países, muitos deles apoiados, também, por líderes religiosos conservadores.

O governo de Bolsonaro estabeleceu, inicialmente, como prioridade a liberalização da economia, com privatizações, redução do tamanho do Estado e criação de um ambiente de negócios favorável aos investidores internacionais. Uma das propostas fundamentais para o cumprimento desses objetivos era a Reforma da Previdência, aprovada em novembro de 2019, a partir da Emenda Constitucional nº 103/2019.

A outra prioridade consistia no avanço de uma agenda conservadora em termos de valores culturais e comportamento, incluindo a restrição dos direitos LGBTQIAPN+, direitos reprodutivos, direitos indígenas, direitos de afro-brasileiros e, como consequência, redução do espaço político de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, abrangendo a restrição do financiamento público a essas organizações e a essas redes.

O processo eleitoral de 2018 teve profundas consequências para a sociedade brasileira. Foi um processo difícil que dividiu a população politicamente: de um lado, os setores mais progressistas, que defendiam a democracia, a justiça social e o respeito aos direitos humanos; do outro, setores conservadores com perfil autoritário, marcados pela intolerância e pelo incentivo à violência como formas de resolução de conflitos.

Esse último grupo venceu as eleições de 2018, e as cicatrizes que resultaram desse processo, no corpo social brasileiro, ainda podem ser sentidas. Alguns dos aspectos relacionados às consequências da ascensão desse novo grupo ao poder, tanto para a política educacional quanto para o ensino superior em particular, serão brevemente abordados aqui.

Chama a atenção e aciona um sinal de alerta a enorme onda conservadora que chegou ao poder nos anos 2019-2022. Embora a continuidade desse projeto tenha sido derrotada nas urnas em outubro de 2022, sabemos que o risco de retorno de um projeto político conservador não desapareceu do nosso horizonte. Logo, essa talvez seja a principal razão que nos motive a documentar e a analisar as consequências desses quatro anos de governo conservador para os rumos do ensino superior no Brasil (Heringer, 2021).

QUAL ERA O PROJETO DO GOVERNO BOLSONARO PARA A EDUCAÇÃO?

No plano de governo, documento com as propostas de campanha do candidato Jair Bolsonaro, a palavra “educação” foi citada 20 vezes. A primeira menção já sinalizava o tom em que o tema seria tratado: “A segurança, a saúde e a educação [são nossas prioridades] [...]. Tolerância zero com o crime, com a corrupção e com os privilégios” (Gimenes, 2018). Na referência direta ao ensino superior, o texto apontava que

[...] as universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul (Gimenes, 2018).

Assim terminava o item do programa referente à educação. Observamos, portanto, que não há uma análise e um diagnóstico mais profundos sobre o contexto educacional do país, incluindo os desafios do

ensino superior tanto no que diz respeito à expansão quanto à qualidade e à equidade. Embora, de acordo com seu programa de governo, educação superior não fosse uma prioridade do Governo Bolsonaro, é possível observar que alguns planos para esse nível educacional foram sendo apresentados e, em parte, executados ao longo do seu governo.

SINALIZAÇÕES A PARTIR DA GESTÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO

Após eleito, Bolsonaro nomeou como seu ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez, filósofo, teólogo e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). A breve gestão de Vélez Rodríguez foi marcada por polêmicas, ineficiência e conflitos internos no Ministério da Educação (MEC), caracterizados por forte disputa interna entre diferentes alas do ministério, incluindo inúmeras trocas em cargos de alto escalão (Cruz; Borges; Batista Filho, 2019). Entre outras afirmações polêmicas, Ricardo Vélez Rodríguez declarou que “universidade, do ponto de vista da capacidade, não é para todos” e que “a ideia de universidade para todos não existe” (Relembre [...], 2019).

Depois de menos de três meses à frente de um MEC paralisado, ele foi substituído por Abraham Weintraub, um economista ultraliberal sem experiência prévia com educação, que esteve à frente do MEC por 14 meses, até junho de 2020, e que também teve uma gestão marcada por polêmicas e retrocessos no campo educacional². Do ponto de vista da educação superior, a gestão de Weintraub se caracterizou por um ataque contínuo às universidades públicas, aos professores e aos pesquisadores,

2 “Em 18 de junho, Abraham Weintraub anunciou sua saída do Ministério da Educação (MEC). Ele foi, pelo menos até o momento, o pior ministro da Educação que o Brasil já teve. Sua demissão, tardia, foi motivada por inúmeras razões incompatíveis com uma autoridade pública, mas não pelos motivos que terão as mais graves consequências para o País: seu absoluto despreparo e falta de compromisso com a busca efetiva por melhores resultados educacionais, como o Todos Pela Educação tem apontado há meses” (Todos pela Educação, 2020).

através da disseminação de notícias falsas, de comentários agressivos e de uma constante ameaça de perda de direitos e cortes de recursos³.

Dando continuidade às declarações controversas dadas por seu antecessor, Weintraub afirmou, abrindo mais uma área de atrito, que “as universidades que, ao invés de pesquisar como melhorar a performance acadêmica, estão fazendo balbúrdia, terão seus financiamentos reduzidos” (Universidades [...], 2019). Numa avaliação geral por parte de setores progressistas, compreendemos que Weintraub representava os interesses privados na educação e que levaria adiante uma agenda de redução de recursos para as universidades federais. Isso incluía a restrição de programas de inclusão, visando reestruturar os sistemas de financiamento da educação superior, propondo, inclusive, a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, um assunto controverso – para não dizer inconstitucional – na sociedade brasileira.

Essa concepção sobre ensino superior vai na direção oposta à expansão das políticas para esse segmento da educação desenvolvidas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), que permitiram a criação de novas universidades públicas, novos *campi* em áreas não metropolitanas e bolsas para alunos de baixa renda em instituições de ensino superior privadas.

Em julho de 2020, tomou posse o terceiro ministro da educação do Governo Bolsonaro: Milton Ribeiro, pastor presbiteriano e ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que ficou no cargo até 2022. Sua gestão, entre outros aspectos, foi marcada por uma atitude pífia e de baixa liderança em relação à gestão dos efeitos da pandemia de covid-19 sobre a educação brasileira. Em 2022, o então ministro Ribeiro foi forçado a deixar a pasta após denúncias de corrupção envolvendo benefícios negociados junto a prefeituras, através de pastores ligados ao ministro, acusado de praticar “tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos públicos” do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Milton Ribeiro [...], 2022).

3 Segundo pesquisa do Datafolha, divulgada em 9 de dezembro de 2019, o ministro da educação Abraham Weintraub era o ministro mais mal avaliado do governo (Instituto de Pesquisas Datafolha, 2019).

Para entender um pouco melhor as ações do Governo Bolsonaro no campo da educação superior, destacamos, a seguir, três aspectos elucidativos das suas orientações, a saber:

- a) o desrespeito à autonomia universitária;
- b) o lançamento do programa Future-se;
- c) os cortes orçamentários e suas consequências para as universidades federais.

Ao final, apresentamos uma reflexão crítica sobre o significado dessas ações, seus possíveis efeitos de médio prazo para o sistema de educação superior brasileiro e as perspectivas de superação das dificuldades vivenciadas nesse período.

O desrespeito à autonomia universitária

Ainda como candidato, Jair Bolsonaro prometia combater o esquerdismo, a ideologia de gênero, o “progressismo” e o chamado marxismo cultural – especialmente na educação. Essa promessa passou a se concretizar, no primeiro ano de governo, através de diferentes mecanismos voltados para restringir a autonomia das instituições federais de ensino na escolha dos seus dirigentes. O principal deles foi a atitude frequente, por parte do então presidente da República, de não nomear o candidato mais votado nas listas tríplices encaminhadas pelas instituições federais ao MEC. Essa forma de agir contraria a prática que tem sido adotada pelos presidentes brasileiros desde a redemocratização, com pouquíssimas exceções desde 1985.

Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, o presidente Jair Bolsonaro não escolheu o primeiro colocado da lista tríplice para reitor em 25 instituições de educação superior, entre universidades e institutos federais (Parentoni *et al.*, 2022). Em 13 casos, optou pelo candidato menos votado, o terceiro colocado na lista tríplice. Em seis casos, optou pelo segundo colocado, e, em seis outros casos, nomeou reitores temporários que não tinham nem mesmo concorrido nas consultas às comunidades (Tabela 1).

Em uma declaração que ilustra a intencionalidade política dessas medidas, Bolsonaro afirmou: “[...] ali virou terra deles, eles é que mandam. Tanto é que as listas tríplices que chegam pra nós, muitas vezes, não temos como fugir, é do PT, do PCdoB ou do PSOL. Agora, o que puder fugir, logicamente pode ter um voto só, mas nós estamos optando por essa pessoa” (ANDES-SN, 2019).

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) manifestou-se contrária a essas nomeações, enfatizando a ameaça à autonomia universitária, a deslegitimação dos processos de decisão e consulta dentro das universidades e institutos federais, e o risco de baixo apoio da comunidade acadêmica a esses gestores, não eleitos democraticamente.

Assim, em outubro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou medida cautelar à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6565, protocolada pelo Partido Verde (PV), que buscava barrar as intervenções do governo na escolha dos reitores das universidades federais, visando garantir que o governo respeitasse as normais legais ao nomear reitores e vice-reitores de universidades federais, demandando a obrigatoriedade do respeito à escolha do primeiro colocado na lista tríplice, a partir dos processos de escolha definidos em cada instituição de ensino superior. A ADI foi indeferida, tendo por base que

o ônus político, eleitoral e argumentativo de contrariar o desejo majoritário expresso pela comunidade acadêmica, ao formar lista tríplice a partir de votação uninominal com pesos determinados pelas classes universitárias, recai sobre o Presidente da República, quando faz sua escolha, na forma da lei, e ao reitor escolhido que deve governança em prol de toda a universidade, incluso o grupo majoritário que preferiria o nome mais votado, caso não escolhido (Brasil, 2021).

A proposta do Future-se

A proposta mais diretamente endereçada ao ensino superior público, nos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro, foi o lançamento do programa Future-se, em julho de 2019. O programa pretendia reestruturar o

financiamento do ensino superior público, ampliando o acesso a recursos privados como forma de financiar as atividades das universidades. Um dos carros-chefes do programa seria criar estímulos para que as universidades captassem recursos próprios, com a abertura para contratação de organizações sociais ou de fundações de apoio, para a execução de atividades, e a possibilidade de as universidades fecharem parcerias como a iniciativa privada. De acordo com a proposta, a adesão ao programa seria voluntária.

O Future-se estava estruturado em três eixos centrais, sendo eles: 1) Gestão, Governança e Empreendedorismo; 2) Pesquisa e Inovação; e 3) Internacionalização. Em relação ao primeiro eixo, destacava-se a ideia de desenvolver ambientes ligados a setores empresariais, como a criação de polos tecnológicos, incubadoras e *start-ups* e geração de inovações que suprissem as demandas da sociedade. Em relação ao segundo eixo, esse também propunha a ampliação da pesquisa voltada ao setor privado-empresarial, visando atender ao setor empresarial quanto à inovação. No que diz respeito ao eixo da internacionalização, eram propostos programas de intercâmbio, ofertas de bolsas em instituições estrangeiras, estímulo para que docentes publicassem no exterior e ampliação da facilidade de reconhecimento de diplomas estrangeiros e créditos cursados no exterior.

O programa foi submetido a duas consultas públicas ao longo de 2019⁴ e enviado ao Congresso Nacional em maio de 2020. Desde seu lançamento, a proposta foi alvo de críticas por parte de reitores, gestores e integrantes da comunidade acadêmica de forma geral. A principal crítica residia numa intencionalidade, de médio ou longo prazo, em desobrigar a alocação de recursos orçamentários obrigatórios para as universidades, fazendo com que essas instituições tivessem de encontrar suas próprias formas de capitalização. Também era criticado o caráter supostamente inovador do mecanismo de financiamento proposto, já que a parceria entre universidades públicas e setor privado para o financiamento de pesquisas é uma prática já adotada em muitas instituições. Como afirmou o reitor Dácio Matheus (2019) da Universidade Fede-

4 As consultas foram feitas abrindo um *e-mail* e um *site* para colaborações e sugestões.

ral do ABC (UFABC), em entrevista: “as instituições federais de ensino superior já seguem um conjunto de regras estabelecidas pelos órgãos de controle, com todas as suas contas auditadas e aprovadas pelos tribunais de conta e corregedoria, do mesmo jeito que o programa indica”.

A versão encaminhada ao Congresso Nacional trouxe algumas alterações ao projeto, feitas após as consultas públicas; entretanto, não mudaram a essência da proposta. Em análise realizada sobre o Projeto de Lei (PL), Leher (2020) apontou que a nova proposta excluiu alguns aspectos que foram alvo de fortes críticas por parte de diferentes setores, porém manteve a estratégia principal de propor uma redução da autonomia universitária e de manter uma visão restrita sobre o papel da universidade pública, aliando sua razão de ser ao atendimento aos interesses no mercado.

Além disso, Leher (2020) afirmava que “[...] o envio do referido PL está em confronto aberto com a agenda das políticas para a educação superior e tecnológica e para a grande área de ciência e tecnologia que deveria estar direcionada para o enfrentamento dos problemas advindos da pandemia”. Portanto, isso apontava que não havia uma mera coincidência ou qualquer ingenuidade ou desconhecimento por parte dos atores políticos do MEC que propuseram e encaminharam o referido PL ao congresso. Ao contrário, dizia Leher (2020), “[...] não se trata de erro de análise, mas de aderência ao estabelecido”.

Da mesma forma, Carlotto (2019, p. 135) concordava com essa análise, ao afirmar que

[...] o Future-se é, sim, uma pauta derrotada, mas é também o espasmo mais recente de uma agenda de longo prazo de mercantilização da educação brasileira. Uma agenda que nunca saiu da pauta e que continuará na pauta. [...] Lutar contra o Future-se é lutar contra um espasmo. Mais importante do que isso, porém, é defendermos o sistema federal de ensino superior inclusivo e de excelência que construímos ao longo de décadas, à custa de tanto trabalho⁵.

5 O PL nº 3076/2020, que propunha a criação do Future-se, foi apresentado pelo Poder Executivo em junho de 2020. Foi distribuído para exame em diferentes comissões da Câmara dos Deputados em dezembro de 2020 e, até novembro de 2023, não havia recebido nenhum parecer, bem como não constava nenhum registro de tramitação.

Cortes de orçamento

A gravidade da situação das universidades públicas em termos orçamentários não teve início com o Governo Bolsonaro, mas aprofundou-se ao longo dos seus últimos dois anos. Desde 2015, com o agravamento da crise econômica e fiscal, já vinham ocorrendo cortes. A situação deteriorou ainda mais com os efeitos resultantes da Emenda Constitucional (EC) nº 95⁶, atestado de uma agenda radical de ajuste fiscal neoliberal.

O MEC sofreu, em 2019, um contingenciamento de R\$5,8 bilhões de suas despesas discricionárias – gastos não obrigatórios, que incluem a verba de investimentos, o pagamento de despesas como água e luz, entre outros. O principal impacto ocorreu nas universidades federais, que tiveram 30% dessa rubrica do seu orçamento contingenciada. Em valores absolutos, as universidades tiveram R\$2,4 bilhões bloqueados (Andifes, 2019; Barone, 2019).

Os cortes, ao longo de 2019, levaram ao contingenciamento de recursos de custeio das instituições federais de ensino e também incidiram sobre as bolsas de mestrado e doutorado. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) teve 4.798 bolsas de pesquisa cortadas, afetando atividades de pesquisa em andamento, prejudicadas, também, pela suspensão de edital de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) já aprovado em 2018 e que envolvia 2.516 bolsas de várias modalidades (Torres, 2019). Em função desses diferentes cortes, especialmente do contingenciamento do orçamento das universidades federais, milhares de pessoas, incluindo, principalmente, estudantes e servidores públicos, mobilizaram-se nacionalmente, participando de protestos nas ruas em todo o país ao longo do primeiro semestre de 2019 (Barone, 2019).

6 O limite de teto de gastos federal introduzido pela EC nº 95/2016 foi revogado com a aprovação da Lei do Arcabouço Fiscal – Lei Complementar nº 200/2023 –, promulgada em 31 de agosto de 2023. Assim, voltaram a valer os pisos antigos para saúde e educação – já que as modificações feitas pela EC nº 95 estavam na parte “transitória” da Constituição, por meio dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs) –, considerando os efeitos fiscais dessa modificação a partir de 2024.

Tabela 1 - Despesa executada com a subfunção do ensino superior em bilhões de reais (2014-2022)

Ano	Despesa
2014	25,9
2015	29,6
2016	29,5
2017	30,7
2018	29,6
2019	30,4
2020	27,7
2021	28,8
2022	30,3

Fonte: portal da transparência da Controladoria-Geral da União⁷.

O ano de 2020 também foi marcado por restrições orçamentárias. Em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro sancionou o corte de R\$19,8 bilhões do orçamento do MEC, que representaram 16% a menos em investimentos federais na educação. Nas universidades federais, a redução do orçamento foi de R\$7,3 bilhões – 14% em relação a 2019 –, impactando diretamente no funcionamento das instituições federais de educação superior (UBES, 2022).

Em 2021, houve um corte linear de ordem de 16,5% no orçamento das universidades federais de todo o país (Oliveira, 2021). A Andifes manifestou preocupação com a redução de recursos destinados à assistência estudantil, inclusive levando em conta que várias despesas relacionadas à gestão das consequências da pandemia iriam, certamente, ampliar gastos das universidades federais.

Finalmente, o ano de 2022 também foi de penúria para as universidades e outras instituições federais de educação superior, com crescimento do orçamento abaixo da inflação e contingenciamento de recursos na ordem de 25 milhões de reais (Mariz; Pires, 2022). As universidades federais tiveram muita dificuldade para concluir o ano, pois

⁷ Ver em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao>.

muitas despesas ficaram comprometidas em função de cortes que ocorreram, inclusive, no mês de dezembro⁸.

Pode-se afirmar que o Governo Bolsonaro deixou um legado extremamente preocupante em relação à sustentabilidade das universidades federais, principalmente no que se refere ao quadro orçamentário e à ampliação da ingerência do MEC nas instituições federais de ensino (Cruz; Borges; Batista Filho, 2019; Educação [...], 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: APRENDER COM O PASSADO E OLHAR PARA O FUTURO

O quadro brevemente apresentado neste texto sinaliza uma situação preocupante em relação ao futuro próximo das políticas para a educação superior pública no Brasil. O cenário após a pandemia foi de aumento significativo nas demandas das universidades, incluindo tanto o atendimento aos estudantes quanto a reestruturação dos serviços prestados pelas instituições. A Andifes destacou que, além da drástica redução orçamentária, outras resoluções, pareceres e vetos presidenciais comprometeram os recursos humanos das instituições federais de ensino superior (Universidade Federal de Santa Maria, 2020).

Do ponto de vista da educação superior, a maior preocupação refere-se à necessidade de prever orçamento suficiente para manter o funcionamento das instituições, mas também que sejam garantidos os recursos públicos necessários para o desenvolvimento e a ampliação da pesquisa, contemplando as bolsas acadêmicas, na medida em que as universidades públicas são as principais agentes da pesquisa científica no país, em todas as áreas⁹.

8 Após uma série de negociações no Congresso Nacional, houve reposição de parte dos recursos e o início de uma recuperação orçamentária em função da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição – Lei Complementar nº 126/2022.

9 “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta quarta-feira, 19[/04/2023], a recomposição do orçamento das universidades e institutos federais em R\$ 2,44 bilhões, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto com a presença do ministro da Educação” (Andifes, 2023).

Ainda no item “recursos”, havia a preocupação, ao final de 2022, em assegurar os repasses necessários às políticas de assistência e permanência estudantil, que representam os principais esforços feitos ao longo das duas últimas décadas visando à democratização do ensino superior. Esse aspecto representa um dos avanços centrais ocorridos nesse nível de ensino nas últimas décadas, com a expansão de vagas e a diversificação dos públicos beneficiados pelas cotas para acesso ao ensino superior.

No ano de 2022, em que era prevista a revisão da chamada Lei de Cotas – Lei nº 12.711/2012 –, havia, por parte de pesquisadores e ativistas antirracistas, a preocupação de que houvesse ataques que colocassem em risco a continuidade dessa lei. De fato, o MEC, que deveria coordenar os esforços de revisão da lei em 2022, abdicou dessa responsabilidade e nenhum processo de revisão oficial foi realizado. Os estudos de avaliação e impacto da implementação da Lei de Cotas couberam a iniciativas de universidades e organizações da sociedade civil (Consórcio de Acompanhamento de Ações Afirmativas, 2022; Heringer; Carreira, 2022). Ao mesmo tempo, dezenas de PLs que tratavam de alterações na Lei nº 12.711 foram apresentados ao longo de 2021 e 2022, porém não houve avanço significativo na sua tramitação, inclusive em função do acalorado clima pré-eleitoral que predominou na política nacional ao longo do segundo semestre de 2022¹⁰.

Ainda que o risco da volta de um projeto político conservador não tenha desaparecido de forma definitiva do horizonte, a eleição de Lula, em 2022, possibilitou, a partir de 2023, a retomada de políticas que foram interrompidas desde 2016 e a redefinição de prioridades voltadas para a necessária redução das desigualdades socioeconômicas e para o retorno de investimentos públicos em políticas sociais.

No que diz respeito, especificamente, ao ensino superior, mantêm-se em disputa diferentes visões. Por um lado, apresenta-se a inten-

10 Em um ambiente político mais favorável, a discussão sobre o aprimoramento da Lei de Cotas foi retomado na nova legislatura, que tomou posse no início de 2023, culminando com a aprovação no Congresso Nacional e posterior promulgação da Lei de Cotas revista, expressa na Lei nº 14.723/2023 (Júnior, 2023).

ção de ampliar o investimento federal em instituições públicas, sejam universidades ou institutos federais, que amplie seu alcance em termos de número de matrículas, conciliando oportunidades de formação que combinam ensino, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, atuando em áreas pouco contempladas pelas instituições empresariais. Por outro, temos a manutenção e o estímulo à expansão do ensino superior ofertado por um pequeno número de instituições privadas de grande porte, de caráter empresarial, através de cursos de baixo custo, principalmente em Educação a Distância (EaD).

Esses dois caminhos – com várias situações intermediárias entre um e outro polo – não são, em princípio, inconciliáveis, porém demandam investimentos e incentivos diferenciados, assim como modelos de financiamento, e a sociedade brasileira precisará fazer escolhas sobre que tipo de educação superior deseja incentivar e expandir (Heringer, 2023).

Um aspecto, entretanto, parece-nos certo: a expansão do ensino superior brasileiro deve continuar nos próximos anos, a fim de que o país chegue a um patamar de pessoas com diploma de nível superior compatível com as expectativas de desenvolvimento econômico e equidade social esperados para o Brasil nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

ANDES-Sindicato Nacional (Brasil). Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA). Em nove meses, Bolsonaro interveio na escolha de reitores de seis universidades. *ADUA*, Manaus, 9 out. 2019. Disponível em: https://adua.org.br/mobile/frame1.php?pagina=noticia2.php&ID_ARTIGO=5273. Acesso em: 19 nov. 2023.

ANDIFES. Governo Federal anuncia recomposição orçamentária para universidades federais. *Andifes*, Brasília, DF, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2023/04/20/governo-federal-anuncia-recomposicao-orcamentaria-para-universidades-federais/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ANDIFES. Nota da Andifes sobre a nomeação de reitores nas universidades federais. *Andifes*, Brasília, DF, 23 jan. 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/nota-da-andifes-sobre-nomeacao-de-reitores-nas-universidades-federais/>. Acesso em: 2 nov. 2023.

BARONE, I. Como ficou o plano de Bolsonaro para afastar a influência da esquerda na educação. *Gazeta do povo*, Curitiba, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-educacao-2019/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BORGES, B.; RESENDE, C.; PIRES, M. Arcabouço Constitucional: modificações recentes e como isso condiciona a nova regra fiscal em preparação pelo Governo Federal. *Observatório de Política Fiscal*, Rio de Janeiro, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/outros/arcabouco-constitucional-modificacoes-recentes-e-como-isso-condiciona-nova>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade 6.565 Distrito Federal. Direito constitucional e administrativo. Ação direta de inconstitucionalidade. Nomeação de Reitores e vice-reitores de universidades federais pelo Presidente da república a partir de lista tríplice elaborada pela comunidade acadêmica. Inexistência de Ofensa à autonomia universitária (art. 207, cf) e aos Princípios da gestão democrática do ensino (art. 206, vi, Cf), do republicanismo (art. 1º, caput) e do pluralismo Político (art. 1º, v). Ausência de plausibilidade do direito Alegado. Medida cautelar indeferida. Recorrente: Partido Verde. Relator: Min. Edson Fachin, 11 de outubro de 2021. *Lex: jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, p. 1-126, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15349815076&text=.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CARLOTTO, M. C. Future-se: de pauta derrotada à agenda de longo prazo. In: XIMENES, S.; CÁSSIO, F. (org.). *Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira*. Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC, 2019. p. 131-136.

CONSÓRCIO DE ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES AFIRMATIVAS - CAA. *Cartilha: 10 perguntas para entender a primeira década da lei de cotas*. Rio de Janeiro: CAA, 2022. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/>

cartilha/cartilha-10-perguntas-para-entender-a-primeira-decada-da-lei-de-cotas/. Acesso em: 11 dez. 2023.

CRUZ, P. F. da; BORGES, J. M.; BATISTA FILHO, O. N. Educação Básica sob Bolsonaro: Análise da Conjuntura e um Olhar para o Futuro. *Interesse Nacional*, São Paulo, 14 out. 2019. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/educacao-basica-sob-bolsonaro-analise-da-conjuntura-e-um-olhar-para-o-futuro/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

EDUCAÇÃO em disputa: 100 dias de Bolsonaro. *Carta Capital*, São Paulo, 10 abr. 2019. Educação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacaoreportagens/educacao-em-disputa-100-dias-de-bolsonaro/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

GIMENES, H. Conheça o plano de governo do candidato Jair Bolsonaro. *pleno.news*, Rio de Janeiro, 8 out. 2018. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/eleicoes-2018/conheca-o-plano-de-governo-do-candidato-jair-bolsonaro.html>. Acesso em: 5 nov. 2023.

HERINGER, R.; CARREIRA, D. (org.). *10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 2022.

HERINGER, R. Expansão e transformações do ensino superior no Brasil a partir da redemocratização (1985-2022). In: OSTI, A.; FIOR, C.; CANAL, C. P. P.; ALMEIDA, L. S. (org.). *Ensino superior: mudanças e desafios na perspectiva dos estudantes*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 13-40.

HERINGER, R. Políticas para a educação superior pública nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. *Fundação Heinrich Böll*, Rio de Janeiro, 27 fev. 2021. Webdossiê: 2 anos de Bolsonarismo. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/27/politicas-para-educacao-superior-publica-nos-dois-primeiros-anos-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 19 set. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. Avaliação dos ministros. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, out. 2019. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/12/09/201905025f88dc7911d74b36b6fe0238d8c86aamb2019.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

JÚNIOR, J. Entra em vigor lei que atualiza sistema de cotas no ensino federal. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 14 nov. 2023. Educação, Cultura e Esportes. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1016535-entra-em-vigor-lei-que-atualiza-sistema-de-cotas-no-ensino-federal/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

LEHER, R. Esboço de análise sobre o Projeto de Lei do Future-se. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/projeto-de-lei-do-future-se/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MARIZ, C.; PIRES, S. Cortes no orçamento deixam ensino superior público no vermelho: bloqueio de verbas sem aviso prévio gera rombo de R\$ 266 mi em universidades e institutos federais. *Estado de Minas*, Minas Gerais, 1 dez. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/12/01/interna_gerais,1428038/cortes-no-orcamento-deixam-ensino-superior-publico-no-vermelho.shtml. Acesso em: 19 nov. 2023.

MATHEUS, D. Projeto de Bolsonaro ameaça gratuidade na educação superior, diz reitor da UFABC: Dácio Matheus explica que reitores não foram convidados para debater o projeto “Future-se”: “Soubemos na véspera”. Entrevistador: Igor Carvalho. *Brasil de Fato*, São Paulo, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/01/future-se-nao-garante-que-havera-gratuidade-da-educacao-superior-diz-reitor-da-ufabc>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MILTON RIBEIRO é preso pela PF: entenda o escândalo no MEC envolvendo ex-ministro e pastores. *BBC Brasil*, São Paulo, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61900067>. Acesso em: 19 nov. 2023.

OLIVEIRA, E. ‘Ciência e tecnologia acabaram’: em 11 anos, orçamento do MEC para as universidades federais cai 37%. *Portal G1*, [s. l.], 12 maio 2021. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/12/ciencia-e-tecnologia-acabaram-em-11-anos-orcamento-do-mec-para-as-universidades-federais-cai-37percent.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PARENTONI, M. F. da C. *et al.* (org.). *Intervenções nas Instituições Federais de Ensino: reitoras e reitores eleitos e não empossados: nossa luta, nossa história*. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2022.

RELEMBRE as polêmicas da gestão Vélez Rodríguez no Ministério da Educação. *O globo*, Rio de Janeiro, 26 fev. 2019. Educação. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/relembre-as-polemicas-da-gestao-velez-rodriguez-no-ministerio-da-educacao-23481992>. Acesso em: 5 nov. 2023.

RIBEIRO, J. Set/2018: “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. *Exame*, São Paulo, 3 set. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SAMPAIO, C. Governo Bolsonaro tem cerca de 130 militares em cargos de confiança. *Brasil de Fato*, Brasília, DF, 6 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/governo-bolsonaro-tem-cerca-de-130-militares-em-cargos-de-confianca>. Acesso em: 3 nov. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Sai o pior ministro da Educação que o Brasil já teve. *Todos pela Educação*, [s. l.], 16 jun. 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/weintraub-sai-o-pior-ministro-da-educacao-que-o-brasil-ja-teve/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

TORRES, M. Um balanço do primeiro ano da política educacional do governo Bolsonaro. *Esquerda Online*, Rio de Janeiro, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/12/21/um-balanco-do-primeiro-ano-da-politica-educacional-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

UBES. Relembre os retrocessos do (des)governo Bolsonaro para a Educação. *UBES*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2022/relembre-os-retrocessos-do-desgoverno-bolsonaro-para-educacao/#:~:text=Em%20meio%20%C3%A0%20pandemia%20e,atingiam%20principalmente%20as%20universidades%20federais>. Acesso em: 19 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Andifes alerta sobre impactos do corte no orçamento das IFES para Assistência Estudantil. *UFES*, Santa Maria, RS, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ufes.br/2020/08/12/andifes-alerta-sobre-impactos-do-corte-no-orcamento-das-ifes-para-assistencia-estudantil#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Andifes,rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20or%C3%A7amento%20de%202020>. Acesso em: 19 nov. 2023.

UNIVERSIDADES com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub: critério já diminuiu repasses para três instituições federais: a UnB, a UFF e a UFBA. *Veja*, São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>. Acesso em: 19 nov. 2023.